



Expansão metropolitana de Brasília: um estudo da polarização dos municípios da Área Metropolitana de Brasília (AMB)

Metropolitan expansion in Brasilia: study of
municipalities' polarization in Metropolitan
Area of Brasília (AMB)

*Sergio Magno Carvalho de Souza¹, Universidade de Brasília
(UnB)/ Sudeco, smcsgeo@gmail.com*

¹ Geógrafo, mestre em Geografia e doutorando do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Coordenador de Espaços Prioritários e Planejamento Regional da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco/MI).

RESUMO

Nos dias atuais, os processos de expansão urbana e metropolitana vem apresentando tendência de expansão de forma mais dispersa, em oposição ao modelo da metrópole compacta de anteriormente. Neste processo, mudanças tem sido percebidas na estrutura econômica destes espaços, com o surgimento de subcentros e, com eles, novos vetores de polarização. Em Brasília, metrópole terciária, tem ocorrido uma expansão metropolitana dispersa acompanhada do surgimento destes subcentros, que aparentam também se reproduzir nos municípios atingidos pelo processo de metropolização. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo analisar tendências recentes da polarização na Área Metropolitana de Brasília (AMB), à luz do processo de expansão metropolitana da Capital Federal. Parte-se do argumento de que alguns municípios da AMB apresentam tendências iniciais de polarização de outros municípios desta região, o que pode ser um indício da formação de subcentros. Os resultados apontam para a permanência de vetores de polarização dos municípios da AMB em relação ao Distrito Federal, chamados vetores principais, e que tem se mostrado em níveis diferentes, sendo maior nos municípios de economias menos dinâmicas. Por outro lado, foram identificados vetores de polarização secundários, dos municípios da AMB entre si (e para com municípios fora deste recorte espacial), o que aponta para a possível formação de subcentros, atrelados à dinamização do comércio ao sul do Distrito Federal.

Palavras Chave: Expansão metropolitana; Área Metropolitana de Brasília (AMB); Subcentros; Polarização

ABSTRACT

Nowadays, the processes of urban and metropolitan expansion have shown a trend of expansion in a more dispersed way, opposed to the previously metropolitan compact model. In this process, changes have been perceived in the economic structure of these spaces, with the emergence of subcentres and, with them, new vectors of polarization. In Brasília, a tertiary metropolis, there has occurred a dispersed metropolitan expansion accompanied by the emergence of these subcentres, which also appear to be reproducing in the cities affected by the metropolization process. In this sense, this work aims to analyze recent trends of polarization in Metropolitan Area of Brasília (AMB), in light of the process of metropolitan expansion of the Federal Capital. The argument is that some municipalities of the AMB present initial tendencies of polarization of other municipalities of this region, which can be an indication of the formation of subcentres. The results point to the permanence of vectors of polarization between the municipalities of the AMB and the Federal District, called principal vectors, and that has been shown in different levels, being greater in the municipalities of less dynamic economies. On the other hand, secondary polarization vectors were identified, from the municipalities of the AMB to each other (and to municipalities outside this space), which points to the possible formation of subcentres, linked to the dynamization of trade to the south of the Federal District.

Keywords: Metropolitan expansion; Metropolitan Area of Brasília; Subcentres; Polarization.

INTRODUÇÃO

No período mais recente, os espaços urbanos e metropolitanos vêm apresentando tendências de expansão de seus espaços físicos de forma dispersa e, em alguns casos, formando nucleações de empregos e serviços que tendem a alterar o quadro de polaridade do centro principal das metrópoles. Nas metrópoles brasileiras, de certa forma, tal tendência ocorreu a partir da expansão dos espaços destas, acompanhado da manutenção o papel de gestão do território no centro principal e ascensão de subcentros em suas franjas. Alguns destes são dedicados a atividades produtivas; outros apresentam novos espaços de consumo, em geral produzidos a partir das necessidades de consumo da população que passa a morar em espaços mais afastados. No caso de Brasília, cidade cuja implantação este ligada às necessidades de integração do território nacional, tem ocorrido uma expansão urbana cada vez mais dispersa, na qual tem surgido novas concentrações de emprego e de serviços, especialmente nos municípios do espaço conurbado ao sul do Distrito Federal. Este trabalho tem como objetivo analisar tendências recentes da polarização na Área Metropolitana de Brasília (AMB), à luz do processo de expansão metropolitana da Capital Federal. Parte-se do argumento de que alguns municípios da AMB apresentam tendências iniciais de polarização de outros municípios desta região, o que pode ser um indício da formação de subcentros. A análise do tema demanda compreender os processos recentes que tem moldado os espaços metropolitanos, notadamente sua estrutura econômica.

Neste sentido, em escala global, tem se percebido a tendência de manutenção das atividades de gestão do capital nos grandes centros, ao passo que os espaços produtivos têm migrado para espaços diversos. Sassen (1991) aponta a dispersão dos empregos de menor qualificação e a concentração daqueles que exigem maior qualificação nos principais centros. Isto é consequência da retenção das atividades de gestão do capitalismo global pelas principais cidades. O modelo parece suficiente para explicar a realidade de antigos espaços metropolitanos que possuíam em suas franjas espaços produtivos, porém encontra limitações na análise de metrópoles terciárias. Além disso, sua aplicação é mais clara para as “cabeças de rede” globais.

Uma outra análise do tema da expansão metropolitana e da forma de organização de sua estrutura econômica é oferecida por Gottdiener (1997). Este autor propõe a perspectiva das metrópoles desconcentradas, nas quais há, inicialmente, um processo de dispersão da população, motivado por alguns fatores: a pressão exercida sobre a cidade pelas modificações causadas no campo pelo capitalismo tardio; a atuação do capital imobiliário na busca pela captura de mais-valia em outros pontos do espaço, demandando a expansão das cidades. A partir de um processo que é “puxado” pelos novos espaços de assentamento da população (em alguns casos novos bairros ou ocupação urbana de espaços rurais), ocorre, em seguida, uma descentralização das atividades do terciário, em geral para atender às demandas de consumo desta população. Obviamente que o caso ideal é baseado no que ocorre nas cidades dos EUA. Entretanto, no caso de algumas cidades brasileiras em que há um incremento na renda em espaços anteriormente ocupados por populações de menor poder aquisitivo, o processo apresenta características análogas ao proposto por Gottdiener.

Neste contexto, Pintaudi (1997) aponta para mudanças na localização dos grandes equipamentos de consumo nos espaços urbanos e metropolitanos nas décadas de 1950 e 1960. Anteriormente, havia uma tendência de combinação destes equipamentos com os espaços de habitação, nas áreas centrais principais. A partir da desconcentração dos espaços de habitação, a autora aponta que o comércio varejista tende a realizar igual movimento. Aos centros restou o papel da prestação de outros serviços, em geral os de maior complexidade, com a localização dos principais equipamentos de consumo.

Em Brasília, cidade implantada para ser a Capital do país, o processo indica um histórico de grande concentração das atividades do terciário no centro principal, o Plano Piloto. À medida que a cidade ia se expandindo, a partir de ações claras de segregação socioespacial, foram surgindo novos pontos de consumo, sendo notável o desenvolvimento do comércio e serviços nas cidades-satélites de Taguatinga e Ceilândia na década de 1990. Outros estudos, como os de Frazão (2009) apontam para a nucleação de empregos ao sul, na cidade-satélite do Gama. Por outro lado, com a expansão metropolitana ocorrida nas últimas décadas, o processo aparenta se reproduzir, com algumas particularidades, nos municípios goianos atingidos por este processo de expansão. A partir da institucionalização (não legal) de um espaço que pode ser considerado como o “metropolizado” por Brasília – a Área Metropolitana de Brasília (AMB) - pela Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal - Codeplan (2014) - é possível analisar em que medida estes movimentos de população e das atividades econômicas tem causado alterações na estrutura econômica da metrópole brasiliense, a partir da análise do tema da polarização.

Desta forma, o objetivo deste trabalho é analisar tendências recentes da polarização na Área Metropolitana de Brasília (AMB), à luz do processo de expansão metropolitana da Capital Federal. Parte-se do argumento de que alguns municípios da AMB apresentam tendências iniciais de polarização de outros municípios desta região, o que pode ser um indício da formação de subcentros. A análise do tema demanda compreender os processos recentes que tem moldado os espaços metropolitanos, notadamente sua estrutura econômica.

Para tanto, o trabalho contou com duas fases de realização específicas. A primeira correspondeu a um esforço de reconstituir historicamente o processo inicial de expansão urbana de Brasília que, a partir da atuação do Estado e do mercado imobiliário tornou-se expansão metropolitana. Feita a partir, principalmente, de revisão bibliográfica, sua análise constitui a próxima seção. A segunda fase do trabalho contou com um estudo em torno da polarização dos municípios que compõem a AMB, a partir dos dados da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD) de 2013. Como base, foram utilizados os dados sobre o local de trabalho da população e o local do uso dos serviços de educação e saúde. A partir destes, foi proposto um modelo de análise específico para a polarização. A descrição deste modelo e seus resultados constituem a segunda seção deste trabalho.

A EXPANSÃO METROPOLITANA DE BRASÍLIA

Considerando o interesse do trabalho em analisar o processo de expansão metropolitana de Brasília, podem ser propostos três momentos diferentes em que isto ocorreu: inicialmente a implantação das bases territoriais (1956-1969), quando ocorreu a construção da cidade e sua estruturação inicial, com impactos no espaço regional imediato; um segundo momento, em que o processo de expansão urbana se ampliou e ocorreu o início da expansão metropolitana (1970-1985), atingindo a mancha urbana os municípios vizinhos e ocorrendo a consolidação de Brasília como Capital Federal; um terceiro e último momento, no qual a expansão metropolitana segue seu curso e inicia a apresentar um formato mais disperso (1986-2016). Para cada um destes momentos, a proposta é analisar o contexto socioeconômico inicial, que motiva as ações de gestão do território e estas, por sua vez, levam a desdobramentos sobre a expansão metropolitana e sua estrutura econômica.

Desta forma, num primeiro momento, chamado de *implantação das bases territoriais (1956-1969)*, o contexto socioeconômico local correspondeu ao momento de implantação de Brasília, ocorrido a partir de um momento político autoritário inicial de construção da Capital. O Governo Federal

centrou esforços na construção da cidade vendendo a perspectiva de desenvolvimento da região e do papel da cidade na integração da economia e do território nacionais. Isto levou a que os municípios que cederam territórios para o Distrito Federal tenham se mobilizado para auxiliar na construção da cidade. Tais municípios foram Planaltina, Formosa e Luziânia. Havia, conforme Magalhães (2010), uma expectativa positiva nestes municípios em relação à construção de Brasília, que acabou logo revertida, com a percepção de que o desenvolvimento prometido não seria efetivamente promovido. Em termos econômicos, Miragaya (2010) aponta que estes municípios possuíam uma economia voltada à agropecuária extensiva de subsistência. No Distrito Federal, por conta da construção da capital, havia predomínio do setor da construção civil, com a estruturação inicial do terciário voltado à administração pública. Em termos demográficos, houve uma inicial recepção de grande contingente de imigrantes, dada a necessidade de construção da cidade.

A partir deste contexto, as ações específicas de planejamento urbano e regional apontam para um claro contraste: havia a perspectiva da construção de uma capital planejada, em contraste com as próprias cidades-satélites e com os municípios vizinhos nos quais tal planejamento praticamente inexistia. No centro principal da Nova Capital, o Plano Piloto, havia a previsão da construção de uma cidade baseada nos pressupostos do urbanismo modernista, com clara setorialização da ocupação e definição das funções urbanas. Além disso, previa-se a integração entre moradia, serviços e comércio por meio das unidades elementares, as superquadras. Tudo isto estruturado em torno de dois grandes eixos rodoviários: o Eixo Monumental e o Eixo Rodoviário (GDF *et al*, 1991). Dado este instrumento inicial de planejamento, o Plano Piloto de Brasília, as ações efetivas, segundo o IPEA (2001) apontam, por outro lado, para o incrementalismo da atuação do Estado, por conta da ausência de um planejamento territorial mais claro para todo o Distrito Federal. Na busca de manter o plano traçado, o Estado promoveu a construção de espaços de habitação para a classe trabalhadora a partir da sua remoção de espaços irregularmente ocupados, chamados cidades-satélites. Tal atuação dava-se de forma autoritária e, segundo Gouvêa (1991), tinham claro contorno de segregação socioespacial. O diferencial em relação ao comum visto em outras cidades era que no caso de Brasília isto ocorria a partir de ações deliberadas do Estado, sem maior atuação do capital imobiliário. Nos municípios vizinhos, não se verifica a existência de instrumentos de planejamento urbano e regional no período, ocorrendo, quando existentes, normas quanto a ocupação do espaço e a construção de novos bairros pelos impactos produzidos pela implantação da Capital.

A partir destas ações, surgem como desdobramentos a implantação inicial das bases territoriais da Nova Capital e de sua expansão urbana inicial. Esta ocorreu a partir da construção do centro principal, o Plano Piloto, cuja ocupação foi voltada aos servidores públicos transferidos do Rio de Janeiro, e de espaços de assentamento em sua maioria voltados à população mais pobre e que se integrava periféricamente a estrutura urbana, as cidades-satélites. Marcados por grandes espaços vazios entre si, este modelo de cidade produzida foi classificado por Paviani (1987) como “polinucleado”: marcado por núcleos de habitação espaçados entre si, com dependência econômica do centro principal. A cidade era marcada, assim, pela dependência quase total das cidades-satélites das funções exercidas pelo Plano Piloto. Em uma escala mais ampla, o Distrito Federal tinha ainda dificuldades em se estruturar como centro regional, dada a ausência de uma atuação mais clara do Estado neste sentido, bem como da própria implantação muito incipiente da Nova Capital. Nos municípios vizinhos, o processo de expansão urbana inicial causado por Brasília foi marcado pela abertura de novos bairros, porém ainda longe de uma expansão mais franca, como se verá no momento seguinte.

Num segundo momento, chamado de *expansão urbana e início da expansão metropolitana (1970-1985)*, o contexto socioeconômico apontava para a consolidação de Brasília como Capital Federal, a partir da transferência de diversos dos órgãos ainda presentes no Rio de Janeiro. Por outro lado, a política manteve os contornos autoritários do período anterior. Em termos econômicos, o Distrito Federal passará a ter claros contornos de cidade administrativa, tendo sua economia centrada no terciário. Nos municípios vizinhos, predominavam as atividades voltadas à agropecuária, ocorrendo o início de um processo de modernização em alguns deles, sendo notável o caso de Formosa. Na maioria dos outros predominava ainda uma agropecuária extensiva voltada à subsistência. Em alguns dos municípios vizinhos do Distrito Federal, especialmente no caso de Luziânia, que passou a ser atingida pela expansão urbana de Brasília, a economia começou a se voltar para o terciário. Em termos demográficos, a população manteve a tendência de crescimento, havendo, por outro lado, reforço na tendência de emigração do Distrito Federal em direção a seus municípios vizinhos.

A partir deste contexto, as ações de gestão do território mantiveram, como no período anterior, um caráter autoritário e tecnocrático. O principal instrumento de planejamento urbano adotado no Distrito Federal foi o Plano Estrutural de Ocupação Territorial do Distrito Federal (Peot), de 1977 (GDF, 1977). Este buscava orientar o crescimento da cidade no sentido sul e sudoeste, além de buscar a preservação do Plano Piloto, sob o argumento da preservação da Bacia do Paranoá. O Peot marca a passagem a um planejamento urbano para toda a extensão do quadrilátero, apontando orientações mais claras sobre o processo de expansão urbana pretendido. Além deste instrumento (que pode ser considerado o principal, já que outros elaborados na década de 1980 tiveram reduzida aplicabilidade), destacam-se as ações do Grupo Executivo de Remoções (GER), responsável pela remoção da população que ocupava espaços irregulares. Outro ponto a ser destacado neste rol de ações diz respeito à suspensão da oferta de terras no Distrito Federal no período por parte do Governo local (entre 1979 e 1983), o que foi decisivo na busca por terra e moradia nos municípios vizinhos.

A partir desta pressão, os municípios vizinhos ao Distrito Federal recebem grande contingente de imigrantes em busca de terra e de moradias mais baratas. O principal atingido foi o município de Luziânia, que passou a buscar ordenar a ocupação de seu território, utilizando alguns instrumentos conhecidos já no Distrito Federal, como a divisão do território em Regiões Administrativas (OLIVEIRA, 1983). Não se registravam ações de planejamento urbano próximas do que ocorria no Distrito Federal, especialmente nos outros municípios, nos quais não havia ainda a mesma pressão da urbanização. Assim, de forma efetiva, as ações de gestão no Distrito Federal foram pautadas na perspectiva da preservação do Plano Piloto e na continuidade da criação de novas cidades-satélites. A partir da negação do acesso à terra, inicia-se mais claramente uma busca por ela nos municípios vizinhos, com destaque para Luziânia.

Como desdobramento destas ações de gestão do território, há um avanço do processo de expansão urbana que passou a atingir os municípios vizinhos, especialmente ao sul do Distrito Federal. Tal processo, junto com a consolidação de Brasília como Capital Federal tornam claro um processo que ia se transmutando em expansão metropolitana. Tais contornos de metrópole eram próprios de uma cidade administrativa, sem um passado produtivo ligado ao secundário – como no modelo clássico da metrópole fordista - o que levou Paviani (1985) a classificar Brasília como uma metrópole terciária. Tal fato dava-se não apenas por sua ligação a administração pública, mas também ao fato de depender de outras metrópoles para cumprir totalmente suas funções. Assim, formou-se, ao término do período, um espaço metropolizado espreado principalmente em sua porção sul, mantendo a tendência de polinucleamento anteriormente tido. Os espaços de

assentamento continuaram apresentando grandes vazios entre si. Manteve-se, ainda, uma dependência acentuada do centro urbano principal, o Plano Piloto, apesar de cidades-satélites como Taguatinga e Ceilândia iniciarem um processo de polarização de espaços próximos.

Num terceiro momento, chamado de *expansão metropolitana dispersa* (1986-2016), o contexto socioeconômico local aponta para a redução do autoritarismo e o ganho de autonomia política do Distrito Federal, o que será fundamental para a política de ocupação do solo de então. Em termos econômico, mantém-se a centralidade da economia no setor terciário, no Distrito Federal, ao passo que muitos dos municípios vizinhos de Brasília tornam-se alvo do avanço da agropecuária moderna. Além disto, no caso daqueles que serão alvo da expansão metropolitana, a economia tendeu a se centrar no terciário, especialmente no comércio, voltado ao atendimento das necessidades destes municípios. Em termos demográficos, a tendência de recepção de imigrantes se mantém, porém, de maneira mais ampliada para o espaço em que a expansão metropolitana ia ocorrendo. Há ainda o movimento de emigração do Distrito Federal em busca de moradias, mas já há importantes contingentes demográficos que se instalam primeiramente nos municípios do espaço metropolizado.

A partir deste contexto, as ações de gestão do território perderão seu contorno tecnocrático de Estado, sendo substituídas por uma atuação mais efetiva dos setores privados, notadamente o capital imobiliário. Em termos de planejamento urbano no período, destaca-se a aprovação dos Planos Diretores de Ordenamento Territorial (PDOTs) no Distrito Federal, em três versões: 1992, 1997 e 2009. Apesar de buscarem estabelecer diretrizes gerais para o uso e ocupação do solo, além de sugerirem uma dinâmica econômica urbana no Distrito Federal menos dependente do Plano Piloto, Vicente (2012) observa que, em diversos momentos e para atender ao interesse de lobbies (como o do capital imobiliário) estas legislações são alteradas ou enfraquecidas por outros dispositivos legais. Assim, sua efetiva aplicação tem sido comprometida. Muitos dos municípios vizinhos de Brasília (do chamado “Entorno” de Brasília) elaboraram, neste período, Planos Diretores. Entretanto, em diversos deles observa-se uma dinâmica de aplicação próxima ao que ocorre no Distrito Federal: o enfraquecimento ou não aplicação destes instrumentos para atender interesses diversos do capital privado. Considerando o aumento da pressão causado pela urbanização, este enfraquecimento dos instrumentos tem sido cada vez mais comum.

No período começa, ainda, a ser delineada uma política metropolitana. Apesar da impossibilidade legal de institucionalização de uma Região Metropolitana de Brasília², a Codeplan tem realizado esforços no sentido de compreender a extensão do fenômeno da metropolização, apontando os municípios nos quais ela tem se manifestado. De tal esforço, resultou a delimitação da Área Metropolitana de Brasília (AMB), composta pelo Distrito Federal e pelos municípios goianos de Alexânia, Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. A AMB pode ser visualizada a partir da Figura 01, na qual aparecem ainda os outros municípios que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride-DF).

² A recente aprovação do Estatuto da Metrôpole (Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015) trouxe veto da Presidência da República ao dispositivo que permitiria a criação de uma Região Metropolitana de Brasília. Em sua Mensagem de Veto, a então presidenta da República, Dilma Rousseff, aponta como motivos para o veto a impossibilidade da participação do Distrito Federal em Região Metropolitana, haja visto que este tipo de região seria destinada para integração de Municípios. Apontava como instrumento útil para a realização da efetiva integração metropolitana a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, a Ride-DF.

Além destes esforços de delimitação da AMB, a Codeplan vem buscando compreender de forma mais clara a realidade destes municípios e suas relações com o Distrito Federal, por meio da Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios (PMAD). Além destes esforços da Codeplan, destaca-se ainda a recente formação do Consórcio Público de Manejo dos Resíduos Sólidos e de Águas Pluviais Região Integrada do Distrito Federal e Goiás (Corsap DF/GO). Este, entretanto, encontra-se ainda na fase de articulação inicial, sem ações efetivas mais específicas.

Municípios da Ride-DF e da AMB

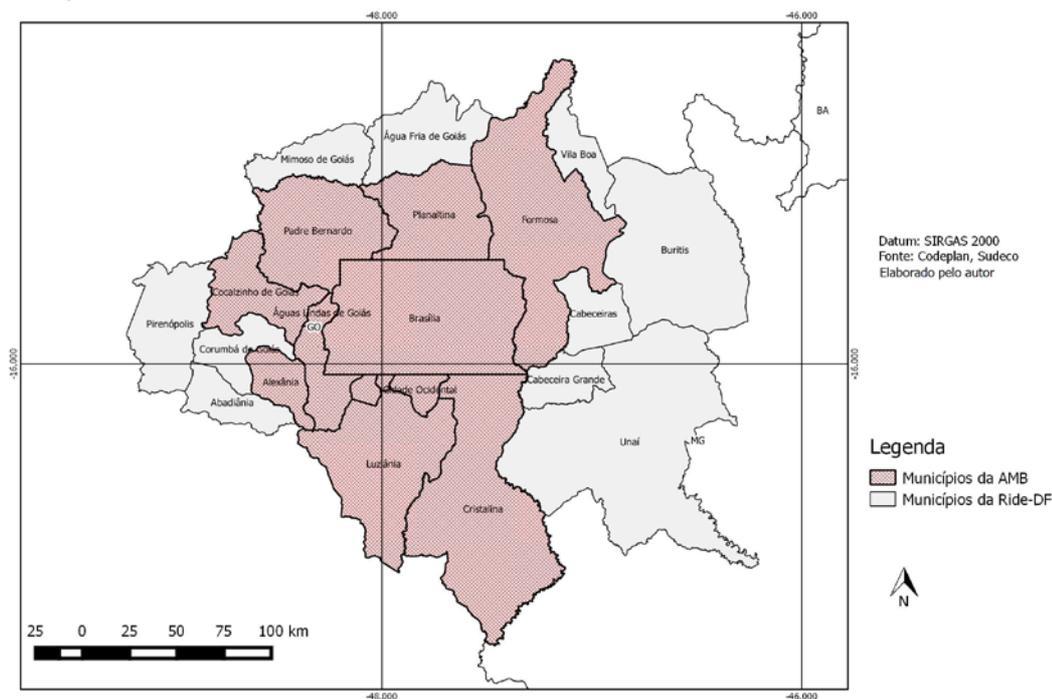


Figura 01

A partir destas ações de gestão do território, os desdobramentos apontam para uma tendência de expansão do espaço metropolizado de forma mais dispersa, a partir de uma urbanização mais franca nos municípios da periferia metropolitana³. No período anterior tal tendência era mais bem caracterizada a partir de um vetor em direção ao sul do Distrito Federal, no rumo do antigo território de Luziânia. No momento atual este vetor se mantém, ganhando, porém, a companhia de outros dois vetores mais claramente caracterizados: a oeste, no rumo de Águas Lindas de Goiás e frações de Cocalzinho de Goiás; a norte, no rumo de Planaltina. Em geral, este processo de expansão mais dispersa ocorre apoiado no curso das principais rodovias federais que ligam Brasília ao restante do país. Internamente ao Distrito Federal, diversos dos antigos “vazios” urbanos passam a ser ocupados e a mancha torna-se mais compacta, o que pode ser visto na Figura 02.

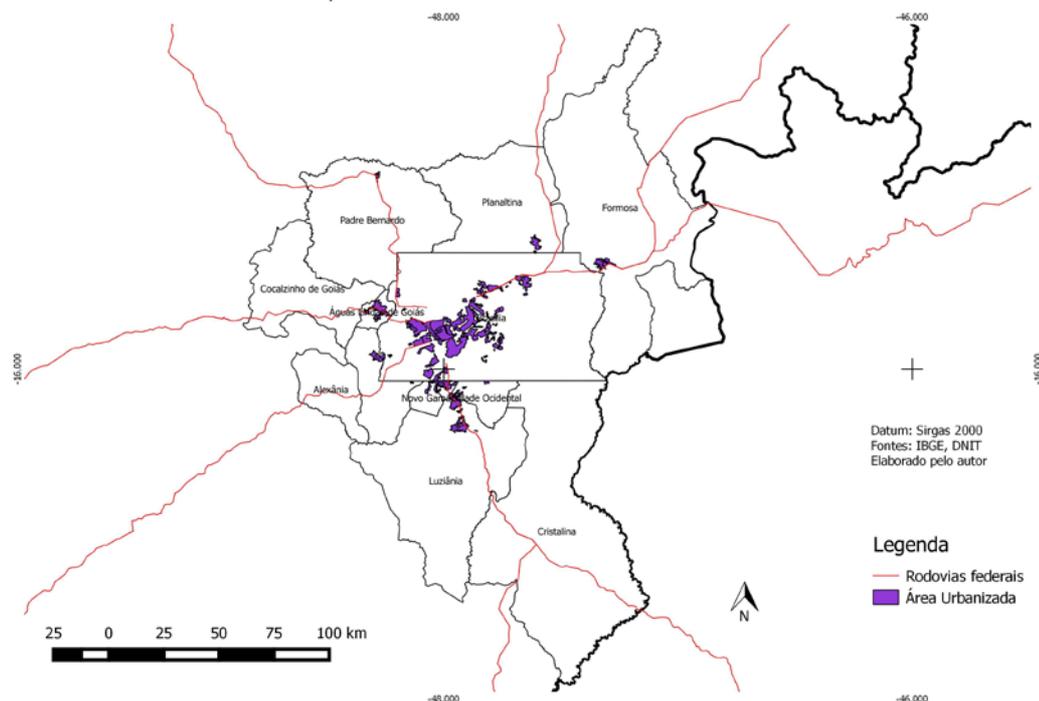
Especificamente sobre a estrutura econômica urbana e metropolitana, o período aponta para um momento de emergência de novas centralidades, mais claramente identificadas no Distrito Federal

³ São considerados como “periferia metropolitana” todos os municípios da AMB (com exceção do Distrito Federal, que não é caracterizado legalmente como município e é considerado como centro metropolitano).

em algumas de suas cidades-satélites, como Ceilândia, Taguatinga e Samambaia, além do Gama. Aparentemente, o quadro apresenta tendências de reproduzir-se também nos municípios da periferia metropolitana de Brasília, para os quais novos equipamentos de consumo tem se instalado, abrindo a possibilidade de emergência de novas forças de polarização. O estudo destas é o objetivo da próxima seção.

Figura 02

Área urbanizada na Área Metropolitana de Brasília



ESTUDO DA POLARIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA METROPOLITANA DE BRASÍLIA (AMB)

A partir da análise da expansão metropolitana de Brasília, a segunda seção do trabalho apresenta os resultados de um estudo sobre a polarização nos municípios que compõem a AMB. A unidade base da análise são os municípios, sendo que o estudo não busca analisar a polarização intraurbana de cada um deles, tão somente entre eles dentro do recorte espacial proposto.

O MODELO DE ANÁLISE PROPOSTO

Neste estudo, a polarização foi mensurada a partir de dados de mobilidade, tendo como base as informações da PMAD de 2013 acerca do local do uso de serviço de saúde, de estudo e de trabalho da população moradora dos municípios da AMB e do Distrito Federal. O modelo utilizado inspira-se no trabalho de Aguiléra e Mignot (2004) para os espaços metropolitanos franceses, no qual se definem subcentros a partir da mobilidade da população (local onde mora/ local onde trabalha, estuda, faz uso de serviços). Considerando a polarização uma das propriedades dos subcentros,

mas sem a pretensão de definir especificamente estes espaços na AMB (neste trabalho), o estudo se volta especificamente para a definição dos principais vetores de polarização neste espaço. Ele foi organizado em duas etapas: inicialmente uma análise da população que utilizava serviço de saúde, estudava e trabalhava no Distrito Federal (tendo origem nos municípios da AMB), com a finalidade de mensurar a polarização em relação ao Distrito Federal; num segundo momento, foi analisada a população vinda de outros municípios para os da AMB que aí fazem uso do serviço de saúde, estudam e trabalham, com o propósito de analisar até que ponto existem vetores de polarização destes municípios em relação a outros da AMB (ou de municípios que não estejam neste recorte).

A partir da organização dos dados, foi considerado, para a primeira etapa, inicialmente, o município com maior percentual de pessoas que faziam uso de serviços/ trabalhavam em outros municípios como sendo o parâmetro principal de comparação. A partir deste, a polarização de cada município por indicador analisado foi assim definida: número de pessoas que utilizavam serviço de saúde/ estudavam/ trabalhavam fora do município de residência igual ou acima de 66,6% do percentual máximo (percentual máximo corresponde ao valor do município de maior percentual): “polarização alta”; abaixo de 66,6% e maior ou igual a 33,3% do percentual máximo: polarização “média”; igual ou abaixo de 33,3% do percentual máximo: polarização “baixa”. Na segunda etapa foi utilizada a mesma métrica, porém, considerando como referência o município com maior percentual de usuários do serviço de saúde/ estudantes/ trabalhadores vindos de fora do município.

Ao término da análise dos três indicadores, foram elaborados quadros que buscaram sintetizar a polarização dos municípios. As polarizações foram consideradas “altas” caso tenham ocorrido pelo menos dois resultados “polarização alta” para os indicadores analisados (uso do serviço de saúde, estudo, trabalho); foi considerada “média” caso tenham ocorrido ao menos um resultado “polarização alta” ou três resultados “polarização média”; e polarização “baixa” para os outros resultados. Ao término, foi produzido um mapa-síntese com os vetores de polarização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desta forma, a análise sobre a polarização do centro principal (Distrito Federal) em relação aos municípios foi iniciada a partir dos dados sobre o percentual de pessoas que utilizam os serviços de saúde no Distrito Federal, constante na Tabela 01. Os resultados apontam que a polarização pelo Distrito Federal é elevada nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Padre Bernardo, sendo o maior percentual o de Novo Gama, com 92,58% de sua população utilizando os serviços de saúde do Distrito Federal. Dois destes municípios (Novo Gama e Águas Lindas de Goiás) tem suas sedes muito próximas de Brasília (Novo Gama já está praticamente conurbada com as cidades-satélites de Gama e Santa Maria). No caso de Padre Bernardo, há populações que moram em distritos vizinhos ao Distrito Federal, provavelmente utilizando a estrutura de saúde da cidade-satélite de Brazlândia. Muito por conta do elevadíssimo valor encontrado em Novo Gama, municípios que possuem significativa cifra acabaram sendo classificados como de média polarização no serviço, casos de Cidade Ocidental e Cocalzinho de Goiás. Uma menor polarização é verificada em alguns municípios com maior tendência de centralidade, casos principalmente de Formosa (em outros casos, o reduzido uso se explica pelo afastamento de suas sedes – pode haver uso de equipamentos de saúde em outros municípios fora do recorte da AMB).

Os dados sobre estudo na AMB, da Tabela 02, apontam como sendo alta a polarização ocorrente apenas no valor máximo (51,73%), Cidade Ocidental. Surgem, com média polarização, os

municípios de Novo Gama e Padre Bernardo. De um modo geral, exceto estes três casos, o percentual de estudantes destes municípios no Distrito Federal é reduzido em relação à busca pelo uso dos serviços de saúde. Considerando que os dados não discriminam o nível de ensino procurado no Distrito Federal, pode-se considerar o efeito das redes municipais e estadual nos dados, já que provavelmente os alunos do Ensino Básico são, no geral, mais atendidos em seus municípios que no Distrito Federal.

Tabela 01 – Número e percentual de pessoas dos municípios da AMB que utilizam serviço de saúde no Distrito Federal

Municípios	Total	Usuários que usam hospital no DF	%	Polarização pelo DF
Águas Lindas de Goiás	195.069	114.513	58,70	Alta
Alexânia	20.762	322	1,55	Baixa
Cidade Ocidental	61.334	24.815	40,46	Média
Cocalzinho de Goiás	16.086	5.076	31,56	Média
Cristalina	37.733	3.422	9,07	Baixa
Formosa	88.896	1.104	1,24	Baixa
Luziânia	163.254	33.432	20,48	Baixa
Novo Gama	91.640	84.840	92,58	Alta
Padre Bernardo	26.799	13.162	49,11	Alta
Planaltina	83.088	4.824	5,81	Baixa
Santo Antônio do Descoberto	65.800	14.252	21,66	Baixa
Valparaíso de Goiás	155.488	35.905	23,09	Baixa

Fonte: PMAD – Codeplan (dados tratados pelo autor)

Tabela 02 - Número e percentual de pessoas dos municípios da AMB que estudam no Distrito Federal

Municípios	Total	Estudantes que estudam no DF	%	Polarização pelo DF
Águas Lindas de Goiás	63.504	6.811	10,73	Baixa
Alexânia	6.202	154	2,48	Baixa
Cidade Ocidental	38.948	20.146	51,73	Alta
Cocalzinho de Goiás	4.512	258	5,72	Baixa
Cristalina	13.991	491	3,51	Baixa
Formosa	30.000	432	1,44	Baixa
Luziânia	50.778	2.604	5,13	Baixa
Novo Gama	32.840	5.800	17,66	Média
Padre Bernardo	8.097	1.548	19,12	Média
Planaltina	25.452	1.908	7,50	Baixa
Santo Antônio do Descoberto	21.784	1.400	6,43	Baixa
Valparaíso de Goiás	53.019	7.181	13,54	Baixa

Fonte: PMAD – Codeplan (dados tratados pelo autor)

Os dados referentes à população dos municípios da AMB que trabalham na Ride-DF, da Tabela 03, apontam para uma alta polarização do Distrito Federal sobre Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Em

comparação aos outros indicadores, este é o que apresentou maior incidência de alta polarização, apontando para a prevalência do fator trabalho como indutor das migrações pendulares no espaço metropolizado da Ride-DF. Os municípios no qual o indicador se apresentou elevado correspondem aos limítrofes ao Distrito Federal de sua porção sul, juntamente com Águas Lindas de Goiás, a oeste. São os que mantêm relações de dependência mais claras em relação à economia do centro principal. Com média polarização foram classificados os municípios de Cocalzinho de Goiás, Luziânia e Padre Bernardo, cujas sedes estão mais afastadas de Brasília, porém com distritos próximos e que fornecem mão de obra a Brasília. Como baixa polarização aparecem Alexânia, Cristalina e Formosa. Alexânia e Cristalina possuem sedes afastadas do Distrito Federal, com alguns distritos pequenos próximos. Já o caso de Formosa indica tendências de formação de um subcentro, já que sua sede está relativamente próxima do Distrito Federal e não se registra aí alta polarização, indicando uma economia menos dependente.

Tabela 03 - Número e percentual de pessoas dos municípios da AMB que trabalham no Distrito Federal

Municípios	Total	Trabalhadores que trabalham no DF	%	Polarização pelo DF
Águas Lindas de Goiás	83.398	51.205	61,40	Alta
Alexânia	9.114	490	5,38	Baixa
Cidade Ocidental	29.631	15.708	53,01	Alta
Cocalzinho de Goiás	7.062	1.752	24,81	Média
Cristalina	18.896	494	2,61	Baixa
Formosa	48.816	4.224	8,65	Baixa
Luziânia	78.540	24.150	30,75	Média
Novo Gama	43.880	26.040	59,34	Alta
Padre Bernardo	10.159	3.020	29,73	Média
Planaltina	40.248	28.008	69,59	Alta
Santo Antônio do Descoberto	26.124	15.512	59,38	Alta
Valparaíso de Goiás	76.583	42.613	55,64	Alta

Fonte: PMAD – Codeplan (dados tratados pelo autor)

A partir dos resultados dos três indicadores, foi montado o Quadro 01, que compila os resultados dos três indicadores e aponta um resultado final para a polarização dos municípios em relação ao centro principal.

A partir dos critérios definidos na subseção “modelo de análise”, a polarização pelo Distrito Federal foi considerada alta nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental e Novo Gama. Os três municípios possuem oferta de serviços mais deficientes, além de maior dependência da economia do Distrito Federal, sendo o caso de Novo Gama uma evidência muito forte disto: mais de 90% de sua população afirma buscar serviços de saúde no centro principal.

A polarização pelo Distrito Federal foi considerada média nos municípios de Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. Deste grupo de municípios, o caso de Padre Bernardo provavelmente está ligado a populações deste município que residem vizinhas ao Distrito Federal, já que sua sede é mais afastada. Dos outros três municípios, Planaltina e Santo Antônio do Descoberto tem uma polarização muito forte por conta do trabalho, sendo ela

reduzida em relação ao uso dos serviços de saúde e educação. O mesmo ocorre para Valparaíso, porém, dada a proximidade deste município com o Distrito Federal e por estar cercada por dois municípios considerados de alta polarização, há aí mais um indício de subcentro em consolidação.

Com polarização pelo Distrito Federal considerada baixa ficaram os municípios de Alexânia, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Formosa e Luziânia. Destes, há os casos de Alexânia, Cocalzinho e Cristalina, cujo fator distância pode afetar na questão da polarização. Já os casos de Formosa e Luziânia parecem apontar nestes municípios traços de subcentros, dado suas sedes e parte de seu espaço urbanizado não estarem tão afastados do Distrito Federal e possuírem reduzida polarização, especialmente no que tange ao uso dos serviços de saúde e educação.

Quadro 01 – Resultado final dos indicadores de polarização e resultado final da polarização do Distrito Federal sobre os municípios da AMB

Municípios	Polarização pelo DF - serviços de saúde	Polarização pelo DF - serviços de educação	Polarização pelo DF - trabalho	Polarização pelo DF
Águas Lindas de Goiás	Alta	Baixa	Alta	Alta
Alexânia	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Cidade Ocidental	Média	Alta	Alta	Alta
Cocalzinho de Goiás	Média	Baixa	Média	Baixa
Cristalina	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Formosa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Luziânia	Baixa	Baixa	Média	Baixa
Novo Gama	Alta	Média	Alta	Alta
Padre Bernardo	Alta	Média	Média	Média
Planaltina	Baixa	Baixa	Alta	Média
Santo Antônio do Descoberto	Baixa	Baixa	Alta	Média
Valparaíso de Goiás	Baixa	Baixa	Alta	Média

Fonte: elaboração própria

Após a análise da polarização sofrida pelos municípios da AMB em relação ao centro principal, num segundo momento foi realizado procedimento no sentido de identificar possível polarização destes em relação ao centro principal e em relação aos seus vizinhos. Nesse caso, como dito, foi analisado o percentual de moradores de outros municípios que buscam os serviços de saúde e educação e trabalho nos municípios da AMB. Diferentemente do caso da polarização por parte do Distrito Federal, neste caso, foram considerados apenas os usuários dos serviços e os trabalhadores que usam a estrutura ou trabalham no mercado dos municípios, excluindo-se os que trabalham ou buscam estes serviços no Distrito Federal. Isto com a finalidade de considerar apenas a estrutura dos municípios (ainda que insuficiente) e como elas atendem aos moradores locais ou aos de outros municípios. A Tabela 04 apresenta os dados sobre uso dos equipamentos de saúde. Os dados apontam para uma polarização elevada verificada em Novo Gama, apenas. O resultado é curioso se se considera que mais de 92% de sua população busca o serviço no Distrito Federal (o dado revela que sua estrutura de saúde, ainda que diminuta, é utilizada mais por usuário de outros municípios do que do próprio município). Pelos critérios adotados, todos os outros municípios têm reduzida polarização.

Os dados sobre estudo nos municípios da AMB, Tabela 05, acabaram por considerar que a polarização é baixa em todos os municípios, já que os valores podem ser considerados muito reduzidos (nenhum deles possui sequer 5% de alunos oriundos de outros municípios - cinco municípios, Cocalzinho de Goiás, Cristalina, Padre Bernardo, Planaltina e Santo Antônio do Descoberto, sequer possuem alunos de outros municípios em suas redes). O maior percentual aparece em Valparaíso de Goiás, com 4,79%, mas ainda assim reduzido, especialmente se for feita a comparação com o número de alunos que estuda no centro principal oriundos destes municípios.

Tabela 04 - Número e percentual de pessoas que utilizam o serviço de saúde dos municípios da AMB, por origem.

Municípios	Total dos que usam hospital no município	Usuários oriundos do próprio município		Usuários oriundos de outros municípios		Polarização
		Total	%	Total	%	
Águas Lindas de Goiás	80.208	78.694	98,11	1.514	1,89	Baixa
Alexânia	19.292	19.292	100,00	-	-	Baixa
Cidade Ocidental	36.317	35.665	98,20	652	1,80	Baixa
Cocalzinho de Goiás	9.300	9.300	100,00	-	-	Baixa
Cristalina	33.873	32.620	96,30	1.253	3,70	Baixa
Formosa	87.802	87.792	99,99	10	0,01	Baixa
Luziânia	128.524	126.084	98,10	2.440	1,90	Baixa
Novo Gama	2.558	960	37,53	1.598	62,47	Alta
Padre Bernardo	13.941	13.549	97,19	392	2,81	Baixa
Planaltina	78.227	78.192	99,96	35	0,04	Baixa
Sto. Antônio do Descoberto	51.240	51.240	100,00	-	-	Baixa
Valparaíso de Goiás	125.924	118.766	94,32	7.158	5,68	Baixa

Fonte: PMAD – Codeplan (dados tratados pelo autor)

Tabela 05 - Número e percentual de pessoas que estudam nos municípios da AMB, por origem.

Municípios	Total dos que estudam no município	Estudantes oriundos do próprio município		Estudantes oriundos de outros municípios		Polarização
		Total	%	Total	%	
Águas Lindas de Goiás	56.713	56.595	99,79	118	0,21	Baixa
Alexânia	5.712	5.684	99,51	28	0,49	Baixa
Cidade Ocidental	18.456	18.242	98,84	214	1,16	Baixa
Cocalzinho de Goiás	4.992	4.992	100,00	-	-	Baixa
Cristalina	13.100	13.100	100,00	-	-	Baixa
Formosa	29.764	29.520	99,18	244	0,82	Baixa
Luziânia	47.773	47.250	98,91	523	1,09	Baixa
Novo Gama	27.093	26.520	97,89	573	2,11	Baixa
Padre Bernardo	6.533	6.533	100,00	-	-	Baixa
Planaltina	11.448	11.448	100,00	-	-	Baixa
Santo Antônio do Descoberto	9.688	9.688	100,00	-	-	Baixa
Valparaíso de Goiás	31.794	30.272	95,21	1.522	4,79	Baixa

Fonte: PMAD – Codeplan (dados tratados pelo autor)

Os dados sobre o percentual de pessoas que trabalham nos municípios da AMB por origem (Tabela 06) apontam que há uma alta polarização considerada em Valparaíso de Goiás, com 20,29% dos que declararam trabalhar em Valparaíso serem de outros municípios. Isso é, provavelmente, traço do crescimento e consolidação da economia deste município, provavelmente ligado ao setor de comércio. Já nos outros municípios, o percentual de trabalhadores oriundos de outros municípios é ainda muito reduzido, podendo ser destacado o caso de Cidade Ocidental, com 5,52% de seus trabalhadores oriundos de outros municípios.

Tabela 06 - Número e percentual de pessoas que trabalham nos municípios da AMB, por origem.

Municípios	Total dos que trabalham no município	Trabalhadores oriundos do próprio município		Trabalhadores oriundos de outros municípios		Polarização
		Total	%	Total	%	
Águas Lindas de Goiás	31.525	31.066	98,54	459	1,46	Baixa
Alexânia	8.357	8.274	99,01	83	0,99	Baixa
Cidade Ocidental	12.344	11.662	94,48	682	5,52	Baixa
Cocalzinho de Goiás	4.992	4.992	100,00	-	-	Baixa
Cristalina	18.282	17.920	98,02	362	1,98	Baixa
Formosa	44.330	43.632	98,43	698	1,57	Baixa
Luziânia	49.263	47.754	96,94	1.509	3,06	Baixa
Novo Gama	16.869	16.200	96,03	669	3,97	Baixa
Padre Bernardo	6.960	6.924	99,48	36	0,52	Baixa
Planaltina	11.538	11.448	99,22	90	0,78	Baixa
Sto. Antônio do Descoberto	10.012	9.688	96,76	324	3,24	Baixa
Valparaíso de Goiás	37.980	30.272	79,71	7.708	20,29	Alta

Fonte: PMAD – Codeplan (dados tratados pelo autor)

Ao término desta análise, foi produzido o Quadro 02.

Quadro 02 – Resultado final dos indicadores de polarização e resultado final da polarização do dos municípios da AMB sobre outros municípios e o centro principal

Municípios	Polarização em relação a outros municípios - serviços de saúde	Polarização em relação a outros municípios - educação	Polarização em relação a outros municípios - trabalho	Polarização sobre outros municípios
Águas Lindas de Goiás	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Alexânia	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Cidade Ocidental	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Cocalzinho de Goiás	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Cristalina	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Formosa	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Luziânia	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Novo Gama	Alta	Baixa	Baixa	Média
Padre Bernardo	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Planaltina	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Santo Antônio do Descoberto	Baixa	Baixa	Baixa	Baixa
Valparaíso de Goiás	Baixa	Baixa	Alta	Média

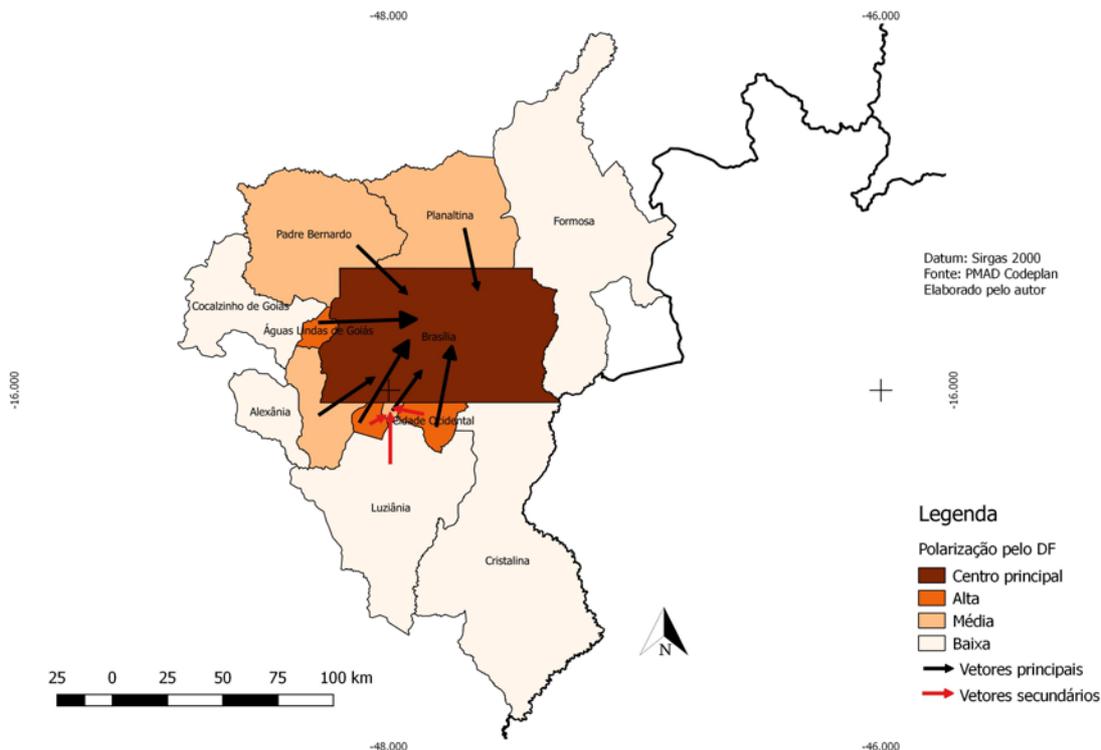
Fonte: elaboração própria

O resultado final apontou, desta forma, para a caracterização de apenas dois municípios com alguma polarização mais significativa em relação aos outros municípios: Novo Gama e Valparaíso de Goiás, ambos considerados de média polarização. Conforme já observado, o caso de Novo Gama aponta para um efeito estatístico da quantidade de usuário de seu sistema de saúde, um número reduzido, em suma, por conta da elevadíssima quantidade de habitantes deste município que busca os serviços de saúde no Distrito Federal. Já o caso de Valparaíso parece ser mais significativo, dado que sua polarização se deve a valores mais significativos de população que procuram o município para trabalhar.

A partir da análise da polarização do Distrito Federal em relação aos municípios da AMB e destes em relação a outros municípios, propõe-se uma leitura desta dinâmica a partir da Figura 03, na qual aparecem delimitados os vetores de polarização existentes. Neste sentido, verifica-se a formação de vetores principais, que apontam para a tradicional polarização dos municípios da AMB em relação ao Distrito Federal, sendo ela mais significativa nos municípios de Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental e menos significativa em relação aos municípios de Planaltina, Padre Bernardo, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás. O que de mais significativa aparenta aí ocorrer é fruto da caracterização de alguma polarização por parte de Valparaíso de Goiás em relação aos municípios vizinhos, marcados no mapa como vetores secundários. Ainda em menor importância que o registrado para o Distrito Federal, aparenta se formarem vetores de polarização em relação ao município de Valparaíso de Goiás, o que denota a possível formação de um subcentro no espaço efetivamente metropolizado.

Figura 03

Polarização dos municípios da AMB pelo Distrito Federal e vetores de polarização



Alguns outros municípios apresentam tais características, em especial Formosa e Luziânia, porém os dados para estes municípios apontam apenas uma polarização menor destes em relações aos outros municípios da AMB, sem a caracterização de vetores de polarização em relação aos municípios vizinhos deste recorte. Além disto, no caso de ambos, a expansão metropolitana pode ser relativizada, já que a urbanização atinge porções minoritárias do território destes municípios, sendo que o restante tende a estar ligado à agropecuária moderna. O estudo demonstra, assim, traços de que Valparaíso de Goiás tende a assumir um papel de subcentro metropolitano ao sul do Distrito Federal, em associação ao processo de expansão metropolitana, cuja ligação aparenta ser com o comércio que vem se estruturando no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho tinha como objetivo principal analisar tendências recentes da polarização na Área Metropolitana de Brasília (AMB), à luz do processo de expansão metropolitana da Capital Federal. A partir deste objetivo, o argumento principal foi de que alguns municípios da AMB apresentam tendências iniciais de polarização de outros municípios desta região, o que pode ser um indício da formação de subcentros. Para a exploração deste argumento, foi proposta, inicialmente, uma reconstituição do processo de expansão metropolitana de Brasília.

Tal reconstituição mostrou que a implantação e a expansão urbana inicial de Brasília estiveram atreladas à atuação do Estado no sentido de preservar o espaço do Plano Piloto de Brasília, especialmente a Bacia do Paranoá, sob argumento ambiental que, na realidade, atuou como

mecanismo de segregação socioespacial. Daí houve a produção de um espaço considerado por Paviani (1987) como “polinucleado”, dada a ocupação em núcleos urbanos espaçados entre si e dependentes do centro principal. Os municípios vizinhos ao Distrito Federal apresentaram uma urbanização inicial, porém sem o mesmo peso do que ocorria no quadrilátero. Num segundo momento, no qual passou a haver uma expansão urbana mais intensa que acabou transformando-se em expansão metropolitana, a atuação do Estado foi novamente importante, dada a negação do acesso à terra no Distrito Federal, o que reforçou o movimento de ocupação dos espaços de seus vizinhos, especialmente ao longo dos eixos rodoviários. Num terceiro momento, a atuação do Estado é enfraquecida, passando a atuar com maior força agentes privados do mercado. A partir disto, o que se tem é a continuidade do processo de expansão metropolitana, porém de forma dispersa e a partir de três vetores principais: ao sul do Distrito Federal, a oeste e ao norte.

Em seguida, a partir de um estudo da polarização nos municípios da AMB – área não institucionalizada como Região Metropolitana, mas que se aproxima do espaço efetivamente metropolizado por Brasília – ficou demonstrada a ainda muito elevada polarização de muitos dos municípios metropolizados pelo Distrito Federal, no que tange ao uso dos serviços de saúde, local de estudo e trabalho. Verificou-se, porém, que em alguns municípios deste espaço metropolizado tal polarização é menos elevada, considerada média em Valparaíso de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, Planaltina e Padre Bernardo e baixa em Formosa, Cristalina, Luziânia, Alexânia e Cocalzinho de Goiás. A polarização do Distrito Federal é mais elevada nos casos de Águas Lindas de Goiás, Novo Gama e Cidade Ocidental, municípios de maior dependência econômica e onde o perfil de dormitório parece mais acentuado. Além desta aferição da polarização do Distrito Federal, centro metropolitano, em relação aos municípios da AMB, foi realizada uma segunda etapa do estudo que buscava averiguar eventual polarização destes municípios entre si e em relação a outros exteriores ao recorte da AMB. Os resultados apontaram para valores significativos de população trabalhando no município de Valparaíso de Goiás tendo moradia em outro município, o que permitiu afirmar a existência de vetores de polarização entre este município e alguns de seus vizinhos.

O caso de Valparaíso de Goiás está ligado, provavelmente, ao pujante comércio que vem se instalando neste município, estruturado quase inteiramente às margens da BR 040. Por conta da facilidade de acesso, bem como da expansão de espaços urbanos nos municípios ao sul do Distrito Federal, vão surgindo aí tração de um subcentro ligado ao comércio. Evidência disto são os equipamentos de consumo localizados às margens da referida BR: loja de departamentos, shopping center, hipermercados e centros atacadistas (atacadões). Tais equipamentos claramente buscam atender a população dos espaços urbanizados nas proximidades, que, a partir da elevação da renda buscam equipamentos de consumo mais próximos. De certa forma, o descrito por Gottdiener (1997) encontra traços neste caso concreto: inicialmente desconcentrou-se a população; em seguida os grandes equipamentos de consumo. Obviamente que este “em seguida” marca mais a sequência dos eventos que o lapso temporal efetivo, já que parece ser condição a melhoria na renda local para que tal fato ocorra, o que, neste caso, levou algumas décadas. A sequência proposta por Gottdiener torna-se útil ao estudo de casos como o da metrópole terciária de Brasília, na qual não houve desconcentração de espaços produtivos do secundário, mas uma expansão da estrutura de consumo. Resta ainda pendente a caracterização deste e de outros espaços como subcentros a partir de outros estudos, como as funções realizadas e a densidade de empregos que possuem, tarefa para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILÉRA, A; MIGNOT, D. Urban Sprawl, polycentrism and commuting. A comparasion of seven french urban áreas. *Urban Public Economics Review*, nº 001, p. 93-113, 2004.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL (Codeplan). *Nota Técnica nº 1/2014. Delimitação do espaço metropolitano de Brasília (Área Metropolitana de Brasília)*. Brasília: Codeplan, 2014. Disponível em: < http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/desenvolvimento_regional/2014/AMB%20-%20Nota%20Tecnica%20dez2014.pdf > Visto em abril de 2016.
- _____. *Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílios*. Brasília: Codeplan, 2014. Disponível em: < <http://www.codeplan.df.gov.br/areas-tematicas/desenvolvimento-regional/pmad.html> > Visto em outubro de 2016.
- FRAZÃO, D. C. *Expansão Urbana, Nucleações e a Formação de Centralidades no Distrito Federal: o Caso do Gama*. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EdUSP, 1997.
- GOUVÊA, L. A. A Capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, A. (org.). *A Conquista da Cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: EdUnB, 1991.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. *Plano Estrutural de Ocupação Territorial do Distrito Federal – Peot (vol. I e II)*. Brasília: Convênio Seplan/ PR-GD, 1977.
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (GDF); COMPANHIA DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO FEDERAL (Codeplan); ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: GDF, 1991.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Gestão do uso do solo e disfunções do crescimento urbano: instrumentos de planejamento e gestão urbana: Brasília e Rio de Janeiro*. Brasília: IPEA, 2001
- MAGALHÃES, L. R. *Sertão planaltino: cultura, religiosidade e política no cadinho da modernização (1950-1964)*. 299f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.
- MIRAGAYA, J. F. G. Dos bandeirantes a JK: a ocupação do Planalto Central brasileiro anterior à fundação de Brasília. In: PAVIANI, A; BARRETO, F. F. P; FERREIRA, I. C. B; CIDADE, L. C. F; JATOBÁ, S. U (orgs.). *Brasília 50 anos: a capital e a metrópole*. Brasília: EdUnB, 2010.
- OLIVEIRA, M. L. P. *O mercado imobiliário urbano na periferia do Distrito Federal: um estudo de caso – a Cidade Ocidental*. 211 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano). Universidade de Brasília, Brasília, 1983.
- PAVIANI, A. A metrópole terciária. In: PAVIANI, A. (org.) *Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão*. Brasília: Projeto, 1985.

_____. Periferização Urbana. In: PAVIANI, A. (org.). *Urbanização e Metropolização: a gestão dos conflitos em Brasília*. Brasília: EdUnB, Codeplan, 1987.

PINTAUDI, S. M. Las metrópolis y los grandes equipamientos comerciales. *Anais do VI EGAL*, Buenos Aires, 1997. Disponível em <
<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/71.pdf>>. Visto em dezembro de 2015.

SASSEN, S. *Cidades na economia mundial*. São Paulo: Estudio Nobel, 1991.

VICENTE, V. M. B. *Análise de mudanças institucionais na política de ordenamento territorial urbano no Distrito Federal (1991-2009)*. 246f. Tese (Doutorado em Administração). Universidade de Brasília, Brasília, 2012.